



A Nova Era do Descontentamento Político

O Grande Impacto nos Negócios Globais

Ao redor do mundo, as pessoas estão infelizes com a política. Nos Estados Unidos, apenas 18% dos que responderam à pesquisa de opinião da Gallup aprovam a maneira como o Congresso está fazendo seu trabalho. Na Europa, apenas 33% dos entrevistados pela Eurobarometer dizem que confiam na União Europeia. No ano passado, protestos violentos relacionados ao trabalho ocorreram na Coreia do Sul e na França. Na América Latina, políticos bastante conhecidos estão sendo assediados em restaurantes, shopping centers e aeroportos, e suas humilhações são postadas no YouTube.

Essa intensa agitação pública está influenciando a política global e a formulação de políticas de forma intensa, e as consequências são significativas para as empresas multinacionais. E, de acordo com Leon Tolstói “Todas as famílias felizes se assemelham; mas cada família infeliz é infeliz a seu modo”. Compreender o porquê e o como da infelicidade de cada família à nível nacional é essencial para que os executivos dessas empresas possam navegar os riscos e as oportunidades da nova era.

A Globalização Atinge seu Ponto da Virada

Existem alguns elementos em comum a essa frustração mundial: o lento crescimento econômico e a crescente desigualdade, o desemprego estrutural, a incompetência política e a venalidade. A crise financeira de 2008-2009 não foi o início desta nova era de descontentamento, mas ela serviu para catalisar algumas das respostas à crise que começou nos mercados desenvolvidos da Europa e Estados Unidos. No entanto, com a desaceleração dessas economias, a queda na demanda por *commodities* e produtos de exportação atingiu rapidamente os mercados emergentes.

E, apesar de outras crises econômicas globais terem ocorrido no passado, dessa vez as tecnologias inovadoras e as comunicações digitais

intensificaram e aumentaram em magnitude o sentimento de frustração popular.



A globalização abriu uma fenda entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento.



Apesar das condições subjacentes serem semelhantes, as respostas políticas têm sido notavelmente diferentes, especialmente entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Nos países desenvolvidos, a frustração popular está levando a políticas populistas cada vez mais imprevisíveis e a medidas frequentemente anti-comércio e desafiadoras para as empresas. Nos países em desenvolvimento, o descontentamento popular está induzindo um conjunto de respostas mais favoráveis aos negócios.

A explicação mais convincente para a diferença em respostas políticas de países desenvolvidos e países em desenvolvimento é baseada nas suas diferentes experiências com a globalização – a circulação de mercadorias, dinheiro, pessoas e ideias entre fronteiras.

Enquanto a globalização tirou milhões de pessoas da pobreza nos países em desenvolvimento, a classe média ocidental tem sofrido por conta da migração dos empregos nas áreas de fabricação e produção para outros mercados no exterior.

E, apesar de a globalização ter trazido novas oportunidades para grande número de imigrantes recém-chegados dos países em desenvolvimento, a chegada dos mesmos tem despertado medo, raiva e preconceito em muitas partes do mundo ocidental.

A globalização abriu uma fenda entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento.

Os Países Desenvolvidos: O Renascer do Nacionalismo

No mundo desenvolvido, a ansiedade com relação à economia traduziu-se na visão, por parte de alguns cidadãos, de que o governo não se preocupa com o bem-estar deles. A crise financeira e a ameaça do terrorismo convenceram essas pessoas de que seus líderes não conseguiram prover uma eficaz gestão econômica ou medidas de segurança pública. O resultado foi um surto populista e nacionalista em toda a Europa e nos Estados Unidos. Como resultado, ideias que anteriormente estavam fora de cogitação, passaram a ser consideradas.

Nos países ocidentais onde a política é dominada por dois partidos, o sentimento *anti-establishment* possibilitou a ascensão de candidatos que antes estavam à margem dos principais partidos, incluindo Bernie Sanders e Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jeremy Corbyn, do partido trabalhista do Reino Unido. Isso esvaziou o centro político, aumentou o partidarismo e alargou a gama de possíveis resultados políticos.

Trump é a personificação da volatilidade da nova política. Ele prometeu rejeitar o acordo de Parceria Transpacífico (TPP), ameaçou revogar NAFTA se os termos não forem renegociados, questionou o valor de uma aliança de 67 anos com a OTAN, e jurou deportar 11 milhões de imigrantes ilegais. Esta reconsideração radical da política dos EUA – e a incerteza que a acompanha – vai se perpetuar para além de sua campanha eleitoral, independentemente de sua vitória ou derrota. Seus pontos de vista protecionistas e isolacionistas agora fazem parte da discussão, especialmente em círculos conservadores. Enquanto isso, as solicitações de Sanders por faculdades gratuitas, pelo retorno do regulamento bancário Glass-Steagall (revogado em 1999), por um sistema de saúde nacionalizado e pelo protecionismo comercial agora estão incorporadas na conversa de esquerda.

Enquanto isso, o fragmentado panorama político na Europa continental viu o surgimento de novos partidos de direita (ou que antes estavam à margem do sistema político), como Alternativa para a Alemanha e Frente Nacional da França. Os programas desses partidos concentram-se, tipicamente, na imigração, na indústria nacional e em proteções culturais. Porém, na Europa, os governos nacionais cederam sua soberania sobre muitas dessas questões para a União Europeia, e Bruxelas não compartilha da mesma linha programática. Então, naturalmente, esses partidos são contra a UE (e contra a zona do euro).

Esse será o ponto focal da incerteza política na Europa. O Brexit foi a maior manifestação do sentimento anti-europeu, e outros países europeus agora podem vir a flertar com a ideia de sair da UE. O mais provável é que capitais nacionais entrem em crescente conflito com Bruxelas sobre uma série de questões. Já neste ano, a Polônia disputa com a UE por causa da relação do governo polonês com o poder judiciário e a mídia; a Itália está brigando para ter mais controle sobre seus gastos e a Alemanha opõe-se aos planos da zona do euro para o estabelecimento de um programa de seguros de depósito bancário. Em abril, os eleitores holandeses rejeitaram um acordo da Associação Europeia com a Ucrânia, em um referendo que foi amplamente entendido como uma votação contra a UE. Em agosto, a cobrança feita pela Comissão Europeia para a Apple, relativa à US\$ 14,5 bilhões em impostos retroativos devidos a Irlanda, foi condenada pelo governo irlandês como uma interferência em sua gestão econômica. A política para os refugiados será também, muito provavelmente, um ponto de tensão entre Bruxelas e muitos governos da UE, com a Hungria que irá realizar no dia 2 de outubro de 2016 um referendo sobre a aceitação ou não de qualquer sistema de quotas estabelecido no futuro pela UE, para o reassentamento de migrantes.



O Brexit foi a maior manifestação do sentimento anti-europeu, e outros países europeus agora podem vir a flertar com a ideia de sair da UE.



Apesar de partidos e líderes *anti-establishment* ainda não estarem no poder em nenhum país europeu, suas ideias estão entrando e influenciando o discurso político. De fato, o referendo Brexit foi colocado na agenda pelo então primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, como uma tentativa de superar o Partido da Independência e pôr fim à agitação de parlamentares euro céticos

Tory. Obviamente, a jogada de Cameron não deu certo. E, enquanto Hillary Clinton apoiou fortemente o acordo de comércio TPP durante seu mandato como Chefe de Estado, a pressão dos adeptos de Sanders no partido democrata a levou a opor-se ao TPP em sua campanha presidencial. E na França, para superar a Frente Nacional, os republicanos, liderados pelo antigo presidente francês Nicolas Sarkozy, estão adotando uma mensagem anti-islâmica e anti-imigração.

Os Países em Desenvolvimento: Negócios são Negócios

Dentre os muitos países em desenvolvimento, a história é diferente. O mundo em desenvolvimento foi beneficiado com o super ciclo de *commodities*, em que a extração de recursos naturais deu suporte ao crescimento econômico que inflou os cofres do governo. Isso também permitiu que os governos evitassem escolhas políticas difíceis e reformas estruturais, criando assim um ambiente em que a corrupção pudesse florescer. Hoje, com o preço das exportações e das *commodities* estagnado, essas economias estão sofrendo, e o acerto de contas chegou.

Certamente, há muita raiva direcionada a políticos de países em desenvolvimento pelos erros cometidos, que variam da indiferença com relação à corrupção à incompetência. No Brasil, a presidente sofreu impeachment e foi afastada do cargo; no México, África do Sul e Coreia do Sul, presidentes em exercício estão sofrendo com índices de aprovação extremamente baixos; e em Taiwan, Nigéria, Indonésia e Índia, os eleitores rejeitaram partidos estabelecidos em busca de uma nova liderança. Mas, em todos esses casos, a resposta de decisores políticos foi ir atrás de reformas pró-mercado.

O que levou ao surgimento de políticas relativamente ortodoxas em países tão diversos, mesmo enquanto o mundo desenvolvido segue rapidamente e de forma desorganizada na direção oposta?

Primeiramente, a globalização não é o alvo de descontentamento popular nessas nações. De fato, os países em desenvolvimento se beneficiaram desproporcionalmente de um aumento no comércio e nos investimentos, enquanto a questão da imigração não é percebida como uma ameaça à identidade nacional desses países. Portanto, a resposta popular e política tem sido um esforço renovado para corrigir problemas estruturais internos, em vez de culpar forças externas maiores.

Em segundo lugar, muitos países em desenvolvimento são resilientes e democráticos o suficiente para fazer com que suas instituições políticas possam responder de forma eficaz às preferências populares. A Indonésia é um bom exemplo. Havia uma crescente frustração popular durante os 10 anos da administração Yudhoyono. A indústria estava estagnada, a infraestrutura era negligenciada e o país parecia estar perdendo terreno para os seus pares. A eleição do Presidente Joko Widodo, em 2014, representou uma rejeição poderosa ao *status quo*. Mas Widodo chegou ao poder em um momento de diminuição dos preços de *commodities*, que compõem mais da metade das exportações totais da Indonésia.

Widodo teve dificuldades em seus dois primeiros anos para angariar apoio político, mas agora os seus esforços estão começando a ser recompensados. Ele nomeou a antiga diretora de gerenciamento do Banco Mundial, Sri Mulyani Indrawati, como ministra das finanças para incentivar reformas pró-negócios. Além disso, o recém-publicado projeto de orçamento fiscal para 2017 parece mais confiável do que os dos últimos anos. O governo de Widodo também ganhou, recentemente, a aprovação de uma lei de anistia fiscal e vai reduzir a taxa de imposto para empresas na Indonésia de 25% para 17%.

Taiwan também enfrentou um acerto de contas em razão da estagnação do comércio global, uma previsão de crescimento interno baixo, e a ampliação da desigualdade econômica que fizeram com que o índice de

aprovação do antigo presidente Ma Ying-jeou e de seu partido KMT caíssem. O resultado foi uma grande vitória para a oposição, Partido Democrático Progressista (DPP), e para a presidente Tsai Ing-wen nas eleições gerais de janeiro de 2016. Tsai e o DPP, tendo pela primeira vez uma maioria no Congresso, estão implantando uma robusta agenda de reformas econômicas que inclui consolidação orçamental (principalmente, controlando os custos de um inchado sistema de pensões do estado), diversificação do comércio (incluindo o ingresso no TPP) e políticas industriais, incluindo reformas de vistos e de imigração destinadas a trazer mais trabalhadores estrangeiros. Sua administração também está aberta à entrada de investimento de multinacionais estrangeiras em indústrias de alta tecnologia.

A história é parecida na América Latina, onde uma classe média aspirante tem ficado cada vez mais frustrada com a ineficiência do governo, falta de transparência e corrupção. As manchetes do Brasil focam no caos político, mas, enquanto isso, o país está buscando políticas econômicas favoráveis aos negócios. O novo presidente Michel Temer promete reverter um déficit fiscal que atingiu 10% do PIB, congelar gastos do governo em termos reais durante anos, fazer uma reforma no sistema previdenciário, privatizar a infraestrutura e adotar regulamentos pró-mercado em áreas como petróleo e transporte. No entanto, o fato de essa mudança não ter começado logo quando a antiga presidente Dilma Rousseff foi suspensa do cargo, em abril, não é bem visto. Imediatamente após ser reeleita no fim de 2014, Dilma surpreendeu seus eleitores quando não cumpriu com promessas de mais gastos sociais e começou a abraçar a austeridade. Ela não implementou essa nova agenda com sucesso por causa de algumas políticas econômicas ilegítimas em seu primeiro mandato, um estilo de liderança excessivamente centralizador, e devido ao caos criado pela investigação centrada na Petrobras sobre sua administração, que consumiu seu capital político e custou-lhe, em 31 de agosto de 2016, a presidência.

No México, as pesquisas mostram que o presidente Enrique Peña Nieto é o presidente mais odiado das últimas duas décadas. A raiva popular com seu governo foi gerada por alegações de corrupção, bem como sua aparente incapacidade de resolver o caso do assassinato de 43 alunos no estado de Guerrero, em 2014. Seu partido foi derrotado nas recentes eleições municipais e está rapidamente perdendo apoio, ao mesmo tempo em que iniciativas de cidadãos impulsionam políticos a aumentarem a transparência e a responsabilidade do governo. Em meio a esse ambiente de descontentamento popular, as reformas inovadoras do presidente para abrir os setores de energia e de telecomunicações estão avançando e continuarão a reformular a economia mexicana.



Na Argentina, há um cinismo popular generalizado sobre a classe política. E por uma boa razão.



Na Argentina, há um cinismo popular generalizado sobre a classe política. E por uma boa razão. A ex-presidente Cristina Fernández de Kirchner é acusada de ter milhões de dólares em contas secretas fora do país, e um membro de seu governo foi pego enterrando sacos de dinheiro e uma arma em um convento. O novo presidente, Mauricio

Macri, também recebeu acusações depois que seu nome apareceu nos Panama Papers.

Porém, apenas seis meses depois de assumir o cargo, Macri reconectou a Argentina ao mercado de crédito global, removeu controles de capital e moeda, reduziu os impostos sobre as exportações e importações e cortou subsídios nas áreas de transporte e energia (embora a Suprema Corte argentina tenha revertido este último).

Ele também promete implementar um ambicioso "Plano para a Modernização do Estado", expandindo o acesso à informação no governo e dando às autoridades melhores ferramentas para combater a corrupção.

Um Mundo de Cabeça Para Baixo

Investidores e empresas já entenderam há muito tempo que mercados em desenvolvimento apresentam uma gama desafiadora de riscos políticos. E há importantes mercados em desenvolvimento que não responderam de maneira construtiva à queda de suas fortunas econômicas e às frustrações de seus povos: Rússia, África do Sul e Venezuela são três exemplos. Mas também existe uma boa razão para manter o otimismo sobre a trajetória política de outros importantes países em desenvolvimento. O verdadeiro teste para os países em desenvolvimento virá quando o Federal Reserve normalizar as taxas de juros dos EUA, e o fluxo de dinheiro, oriundo de rendimentos, começar a se distanciar destes países. Então, as reações do mercado destacarão a diferença entre os países em desenvolvimento, que aprimoraram suas estruturas econômicas e institucionais, e os que não fizeram essas melhorias.

Ao mesmo tempo, temos de estar preparados para um número maior de resultados de políticas nos mercados desenvolvidos. Assim como a crise financeira de 2008 expôs os riscos econômicos subvalorizados nos mercados desenvolvidos, agora os acontecimentos políticos estão destacando potenciais políticas erráticas e não favoráveis aos negócios em países que anteriormente poderiam ser considerados campeões da integração econômica global.

O período inócuo da globalização pode estar chegando ao fim, e as preocupações com a estagnação, a desigualdade e o terrorismo estão vindo à tona.

Esse novo ambiente político permite uma ampla gama de possíveis respostas políticas e cabe a líderes empresariais garantir que tenham acesso à informações confiáveis sobre o que está acontecendo (e o que está prestes a acontecer) nesses mercados. E, apesar de o The Wall Street Journal, o The Financial Times e publicações similares serem excelentes, elas relatam o que aconteceu, não o que irá acontecer. Executivos experientes sabem que o planejamento estratégico requer maior *insight* e mais profundidade do que isso.

Mitch Silber
646.485.0575
mitch.silber@fticonsulting.com

John Green
212.499.3671
john.green@fticonsulting.com

As opiniões aqui expressas são as do (s) autor (es) e não necessariamente a opinião da FTI Consulting, Inc., a sua gestão, suas subsidiárias, suas afiliadas ou seus outros profissionais.

Sobre o FTI Journal

FTI Journal oferece *insights* e questões de importante contextualização. Com uma lente global, a publicação aborda tópicos que irão impactar os riscos do negócio e reputação. Um veículo que você precisa para resolver problemas complexos.

Autores:

Mitchell D. Silber

Senior Managing Director, Geopolitical Intelligence

Nossa equipe de Inteligência Política é liderada por Mitch Silber, Senior Managing Director da FTI Consulting em Nova Iorque.

Mitch tem mais de 20 anos de experiência na área de inteligência e risco político global e foi diretor de Análise de Informações de Contraterrorismo do Departamento de Polícia de Nova Iorque. Ele tem experiência com implantação, construção e liderança de equipes analíticas e organizações dedicadas ao fornecimento de inteligência de alta qualidade e serviços de consultoria. Regularmente concede entrevistas para a mídia sobre risco político e terrorismo, é professor visitante na Faculdade de Assuntos Públicos e Internacionais da Universidade Columbia e membro do Council on Foreign Relations.

John P. Green

Managing Director, Geopolitical Intelligence

Managing Director da FTI Consulting, John Green é o Diretor de Pesquisa do serviço de Geopolitical Intelligence. Ele tem mais de 15 anos de experiência em consultoria de risco político voltada para uma ampla gama de clientes corporativos, financeiros e governamentais. John passou mais de 12 anos na consultoria de risco político Eurasia Group, onde conduziu e gerenciou pesquisas e atuou no comitê de gestão da empresa. Liderou equipes da Ásia e da África e esteve envolvido na cobertura de regiões como Europa e América Latina. Possui experiência com aplicação de dados, painéis, análises estatísticas e modelagem preditiva para previsão política. John é graduado nas universidades de Princeton e Columbia, e foi oficial de infantaria na Marinha dos EUA.

O Senior Director Nicholas Consonery, a Director Jelena Vukotic e o Director Roberto Simon, da equipe de Geopolitical Intelligence da FTI Consulting, contribuíram para esta reportagem.



Sobre a FTI Consulting

A FTI Consulting é uma consultoria empresarial global dedicada a auxiliar as organizações a proteger e aumentar o seu valor de mercado em um ambiente legal, regulatório e econômico cada vez mais complexo. Com mais de 4.600 funcionários localizados em 28 países, os profissionais da FTI Consulting trabalham para antecipar, trazer ideias e superar desafios de negócios em áreas como investigações, litígios, fusões e aquisições, questões regulatórias, reputação, comunicação estratégica e reestruturação de empresas.

www.fticonsulting.com

©2016 FTI Consulting. All rights reserved.

CRITICAL THINKING
AT THE CRITICAL TIME™